

67º - DIREITOS DOS OBREIROS

1ª Coríntios 9.3-15

Tivemos um Presidente que chegou ao poder através das lutas sindicais. Os sindicatos lutam para garantir aos trabalhadores melhores salários e melhores condições de trabalho. Muitas vitórias já foram alcançadas e hoje os trabalhadores brasileiros contam com muitos privilégios e direitos assegurados, os quais não tinham no passado.

Os empregadores são os culpados pelas más condições de trabalho e pelos baixos salários pagos aos empregados. Cabe ao empregador investir o seu rico dinheirinho em algo que, aparentemente, não lhe trará retorno financeiro. Enquanto pode, ele retarda qualquer reforma e gastos deixando que seus empregados continuem trabalhando em lugares que, ele mesmo sabe, são inadequados. Ele não percebe que, se o empregado estiver se sentindo satisfeito, feliz e confortável renderá mais e isso lhe trará mais lucro.

O aumento salarial é outro problema que somente o empregador pode resolver. O dinheiro é dele e o pagamento dos funcionários é sua obrigação. Quem paga sempre acha que está pagando muito. Enquanto isso, quem recebe sempre acha que está recebendo pouco, e na maioria dos casos tem razão. O empregador pondera que o salário pago aos funcionários é suficiente para a sobrevivência deles, porém se irrita por não poder fazer gastos dispendiosos com festas ou compras de mais imóveis e automóveis. Sua condição social elevada deve ser mantida a qualquer custo e sente que esse é um dos seus direitos como empresário. Enquanto isso, a má condição social dos seus empregados pouco ou nada lhe importa.

Os missionários, pastores e evangelistas são funcionários dos céus. O seu patrão é Deus e o salário que recebem é proveniente do dinheiro entregue a Deus, através dos dízimos e ofertas entregues pelos fiéis à igreja. Ao contrário dos empregadores humanos, Deus não é injusto. Ele foi capaz de se sacrificar para garantir benefícios aos seus amados, sem receber benefício algum. É por isso que não é necessário que os empregados dos céus se juntem em sindicatos, pois o

seu empregador foi o primeiro a se preocupar com o seu bem estar e garantir aos seus empregados os seus direitos e as melhores condições de trabalho.

Nesse texto Paulo fala sobre:

OS DIREITOS DOS OBREIROS QUE TRABALHAM PARA DEUS.

Paulo era um funcionário dos céus e nesse texto ele expõe alguns direitos que Deus deixou garantido àqueles que, com dedicação, amor e exclusividade, o servem.

Pelo que parece, estavam acontecendo na igreja de Corinto discussões com respeito aos salários pagos aos obreiros e estavam questionando sobre alguns outros direitos deles e, pelo que parece, desejavam retirá-los.

Pelo início do versículo: *“A minha defesa perante os que me interpelam é esta”*, percebemos que Paulo os confronta e lhes escreve para mostrar que esses direitos não devem ser questionados ou diminuídos pelos membros da Igreja, pois é o próprio Senhor quem define as regras desse contrato de trabalho entre os céus e seus trabalhadores.

Vejamos, então, quais são os direitos defendidos pelo Apóstolo Paulo nesse texto:

O primeiro: **O DIREITO A UMA VIDA SOCIAL COMUM** – *“Não temos nós o direito de comer e beber? E também de fazer-nos acompanhar de uma mulher irmã, como fazem os demais apóstolos, e os irmãos do Senhor, e Cefas? Ou somente eu e Barnabé não temos direito de deixar de trabalhar?”*

Vida social todos tem. Uns mais e outros menos agitada. Uns se relacionam com gente rica, em festas e recepções em lugares finos e luxuosos. Outros se relacionam com pessoas pobres, frequentando lugares mais simples, sem luxos ou pompas. Para se dizer que uma pessoa não tenha vida social alguma ela teria de se manter fechada em completo isolamento em sua casa. Nenhum ser humano vive isolado de todos e é esse contato com as pessoas que caracteriza a sua vida social.

Paulo defende o direito a uma vida social normal dos trabalhadores do Reino. Os obreiros têm o direito de manter uma vida social ativa e livre, sem

serem obrigados a viver reclusos em suas casas como até hoje vivem os monges em mosteiros.

Sua primeira defesa é quanto ao que o sacerdote come e bebe. Ele diz: *“Não temos nós o direito de comer e beber?”*

É impressionante observar a resistência de Jesus quando por quarenta dias manteve-se em jejum. Essa disposição de Jesus motivava e motiva crentes a pensar que os seus líderes devem viver sem se alimentar. Que devem jejuar constantemente e por isso não devem se preocupar com a alimentação.

O alimento é essencial. Uma pessoa consegue viver poucos dias sem se alimentar e se tiver uma má alimentação certamente sofrerá os danos e deficiências nutritivas proveniente dessa má alimentação. Pensando nisso Paulo defende o direito de o próprio sacerdote decidir o que quer comer ou não.

Os cristãos não devem viver na casa dos seus líderes controlando e divulgando o que eles comem. O pastor tem direito à privacidade em sua casa e se quiser comer algo mais refinado ele poderá fazê-lo. Se quiser manter uma alimentação simples ele também tem esse direito. Se quiser levar sua esposa a uma churrascaria ele poderá levá-la e isso não será motivo de escândalo.

Paulo defende aqui a liberdade que aquele que ensina aos cristãos o modo de viver tem de aplicar esses princípios à sua própria vida. Creio que nessa época os crentes coríntios estavam opinando demais sobre os alimentos consumidos na casa dos seus pastores. Paulo deixou claro que esse é um assunto particular do próprio obreiro.

A próxima reivindicação é sobre os direito que o obreiro têm de ter uma família – *“Não temos nós o direito de fazer-nos acompanhar de uma mulher irmã, como fazem os demais apóstolos, e os irmãos do Senhor, e Cefas?”*

Paulo questiona um pensamento errado que estava sendo defendido por alguns: O líder religioso não pode se casar. Parece ridículo que até hoje pessoas achem normal e correto que o sacerdote viva uma vida celibatária e solitária. Sem família ele nunca experimentará o prazer de ser chamado de *“meu amor”* ou de *“meu pai”*. Nunca saberá o que é ter um arranca-rabo com a esposa e depois ter de perdoar e ser perdoado, seguido de uma prazerosa reconciliação. Não

vivenciará os prazeres e as dificuldades de se criar e manter uma família e nunca verá os seus traços físicos no rosto dos seus filhos.

Alguns defendiam que o correto seria que os obreiros vivessem sozinhos. Sem família eles não teriam problemas particulares e cuidariam com mais empenho dos problemas da igreja. Sem família os obreiros custariam mais barato à igreja, pois não teriam maiores despesas. Se o obreiro não fosse casado e morresse não haveria uma família para a igreja sustentar (os obreiros morriam muito por causa das perseguições).

Talvez achassem que haveria outras vantagens na vida celibatária do sacerdote. Porém Paulo os interpela mostrando que é importante que o obreiro seja casado e tenha uma família e, também mostrou que outros obreiros eram casados e nem por isso eram irresponsáveis com o trabalho do Senhor.

De uma forma figurada ele disse assim: *“Os obreiros têm o direito de se casar e ser acompanhado por sua mulher, pois desde o início todos os apóstolos, inclusive Pedro e os irmãos de Jesus, que se tornaram líderes da igreja em Jerusalém, também eram casados e andavam acompanhados das suas esposas e filhos”*.

Ele defende o direito dos obreiros manterem uma família, apesar de ele mesmo já ter defendido nessa carta que o casamento do missionário, em época de perseguição, traria muitas preocupações e angústias e afetaria a sua dedicação ao Senhor, pois a esposa exigiria atenção.

Paulo defende que essa deveria ser uma escolha pessoal e não uma imposição da igreja sobre o obreiro. Quer ficar solteiro e dedicar-se melhor à obra, fique. Se achar que sendo casado vai fazer um trabalho melhor, case-se. O obreiro deve decidir qual é o melhor caminho a seguir, pois tem essa liberdade e não devem ser as pessoas a imporem regras à sua vida conjugal.

Pedro e os demais apóstolos eram casados. Os filhos de Maria e irmãos de Jesus (Tiago e Judas) que se tornaram líderes na igreja de Jerusalém, também eram casados. Diante disto Paulo defende o direito de todos os sacerdotes terem a sua própria família.

No meio evangélico o problema é outro. A exigência atual entre os crentes é o contrário. O pastor é quase que obrigado a se casar. Conheço um irmão, pastor, que tem sérios problemas conjugais por ter se casado sem amor por causa das pressões impostas pela igreja, no sentido de defender que o pastor não poderia ser solteiro. Hoje o irmão e sua esposa sofrem as consequências desse casamento mal estruturado.

Por fim, Paulo defende que o obreiro tem o direito de trabalhar exclusivamente para a Igreja sem ter de ter um trabalho secular. Ele diz: *“Ou somente eu e Barnabé não temos direito de deixar de trabalhar?”*

Um dos grandes problemas das famílias é a falta de tempo dos pais se dedicarem aos filhos. Como os filhos vêem muito pouco os seus pais isto tem gerado um problema grave, pois os filhos acabam mal-educados, pois como os pais não possuem tempo hábil para educá-los eles não os corrigem quando erram, pois evitam disciplinar os filhos no pouco tempo que lhes restam juntos.

Paulo defendeu o direito do obreiro trabalhar exclusivamente na obra sem ter de trabalhar fora. Esse trabalho externo retiraria do obreiro o tempo precioso para o seu preparo no estudo da Palavra e para o cuidado dos seus liderados. Corre-se o risco do trabalho dedicado à obra ser relegado a segundo plano. A obra do Senhor tem de vir sempre em primeiro lugar e para isso o obreiro tem de se dedicar unicamente ao trabalho do Senhor.

Existem muitos obreiros que são funcionários públicos ou de empresas. Isso não gera problema, desde que o tempo dedicado ao seu trabalho não prejudique o andamento da igreja. Esses obreiros, normalmente, são pastores auxiliares e dessa forma colaboram com outros pastores no cuidado da igreja sem que seu trabalho prejudique a obra.

Essa cobrança não se reflete na atualidade, pois a maioria das igrejas exige pastores exclusivos. Eles ficam à disposição da igreja todo o tempo e sempre que aparecem os imprevistos eles estão lá para fazer o seu trabalho no cuidado da igreja.

Vimos que Paulo defendeu que a igreja deve assegurar ao seu obreiro o seu direito a ter uma vida social comum, ter uma família, comer o que achar que deve comer e trabalhar exclusivamente para igreja.

Veremos outro direito dos obreiros: **O DIREITO DE SER SUSTENTADO PELA IGREJA** – *“Quem jamais vai à guerra à sua própria custa? Quem planta a vinha e não come de seu fruto? Ou quem apascenta um rebanho e não se alimenta do leite do rebanho? Porventura, falo isto como homem ou não o diz também a lei? Porque na lei de Moisés está escrito: Não atarás a boca ao boi, quando pisa o trigo. Acaso, é com bois que Deus se preocupa? Ou é, seguramente, por nós que ele o diz? Certo que é por nós que está escrito; pois o que lavra cumpre fazê-lo com esperança; o que pisa o trigo faça-o na esperança de receber a parte que lhe é devido”.*

O interior de nosso país possui muitos trabalhadores rurais. Eles não usam máquinas agrícolas ou instrumentos sofisticados. Usam apenas instrumentos como enxada, foice, enxada, facão e machado. O trabalho é braçal e exige muita força. Em consequência disto o trabalhador precisa se alimentar bem. O trabalhador braçal ganha pouco e seus empregadores se negam a dar-lhes o alimento.

Paulo não era um trabalhador da roça, mas entendia que o patrão deve alimentar o funcionário enquanto está a seu serviço. Paulo disse: *“Quem vai à guerra à sua própria custa? Quem planta a vinha e não come de seu fruto? Ou quem apascenta um rebanho e não se alimenta do leite do rebanho?”*

Paulo usa três exemplos conhecidos: O soldado, o agricultor e o pastor de ovelhas.

O soldado não luta sem receber o seu salário. Quando Ló foi levado cativo por inimigos Abraão convidou homens corajosos para lutar, porém, após a batalha, ele repartiu os despojos de guerra e pagou aos homens que lutaram a seu favor. Os soldados receberam por seu trabalho.

Quanto aos reis de Israel e Judá temos muitos exemplos de contratos firmados entre os reis para saírem juntos à guerra. Em nenhum desses exemplos

os soldados lutaram sem receber o pagamento. Lutavam sim, porém recebiam por seu trabalho.

Outro exemplo usado por Paulo é o agricultor. Ele planta a roça e ao colher come dos seus frutos. Não seria justo que o agricultor colhesse e outro comesse os frutos em seu lugar.

Essa é uma situação inaceitável e o próprio Deus intervém nesses casos. Isso aconteceu na época de Gideão, na qual ele colhia os grãos escondido por causa dos midianitas que vinham e roubavam todo o seu alimento. Deus livrou o povo de Israel e garantiu que os agricultores tivessem o direito de plantar e comer o fruto que produziram.

O ultimo exemplo de Paulo foi o pastor de ovelhas. O pastor de ovelhas bebem o leite delas. Seria justo que o pastor de ovelhas ficasse com fome, tendo à sua disposição o queijo, o leite e a carne das ovelhas? É óbvio que ao pastor não fora dado o direito de comercializar o produto das ovelhas ou elas mesmas, pois ele é apenas o seu cuidador. Já que ele cuida, ordenha, tosquia e muitas vezes coloca sua vida em risco por causa delas, nada mais justo que alimentar-se delas.

Paulo defende com isso o direito que o obreiro tem de ser sustentado pela Igreja. Já que ele se dedica exclusivamente à obra é justo que ele seja sustentado com o bastante para alimentar sua família, morar dignamente, pagar suas contas, educar e vestir seus filhos e se apresentar decentemente diante da igreja. Os obreiros também devem ser tratados com respeito e ter seus direitos garantidos. Esse cuidado deve ser visto pela igreja como um dever moral em relação àqueles que se dedicam à igreja.

Para mostrar que ele não estava agindo como um sindicalista na defesa de seus companheiros Paulo ainda diz: *“Porventura, falo isto como homem ou não o diz também a lei? Porque na lei de Moisés está escrito: Não atarás a boca ao boi, quando pisa o trigo. Acaso, é com bois que Deus se preocupa? Ou é, seguramente, por nós que ele o diz?”*

Ele usou um trecho da lei, registrado em Deuteronômio 25.4, em que Moisés deu uma pausa e disse: *“Não atarás a boca ao boi quando debulha”*. Isso

mostrava ao povo de Israel que eles tinham de ser justos inclusive com os bois que trabalhavam debulhando o trigo. Esse texto obrigava os fazendeiros a deixarem a boca do boi livre para, enquanto trabalhava, se alimentar do trigo que moía.

Então Paulo completa: *“Acaso, é com bois que Deus se preocupa? Ou é, seguramente, por nós que ele o diz?”* Que Deus se preocupa com a natureza é evidente, porém Paulo levanta uma reflexão sobre o teor do texto, mostrando que, assim como ao boi era proibido tapar-lhe a boca para que não comesse, do mesmo modo, os obreiros tinham o direito de serem sustentados com o dinheiro arrecadado pela igreja.

Esse princípio é antigo, desde o Antigo Testamento. Quando Deus escolheu a tribo de Levi para servi-lo ele não deu herança a eles na terra prometida. Porém, disse que a herança dessa tribo seria *“o Senhor”*. Aos levitas e sacerdotes foram dados todos os dízimos e quase todas as ofertas levadas pelos fiéis ao templo. Como eles eram obrigados a servir a Deus no templo e os outros tinham terras para plantar e criar o gado, quando esses traziam os dízimos e as ofertas, agradecendo a Deus pelo sustento, esses serviam para o sustento daqueles que trabalhavam no serviço do Senhor.

Paulo revela seu entendimento, ao dizer: *“Certo que é por nós que está escrito; pois o que lavra cumpre fazê-lo com esperança; o que pisa o trigo faça-o na esperança de receber a parte que lhe é devido”*.

Ele mostra que o obreiro deve receber a parte que lhe é devido. Isso não dá o direito de pastores se apossarem dos bens da igreja, porém também as igrejas devem tomar o cuidado para que por causa de suas muitas despesas e projetos os seus pastores tenham um salário tão baixo que não dê para saudar suas contas. O pastor não pode explorar a igreja, porém a igreja deve se preocupar em pagar um salário que garanta uma vida digna aos seus obreiros.

Paulo mostrou sua preocupação e a fundamentou com o uso da Lei, mostrando que todo soldado luta sendo sustentado por aquele que o enviou, os agricultores comem do fruto do seu trabalho e os pastores de ovelhas se alimentam da produção de seu rebanho. Isso fez para mostrar que os obreiros que

são enviados por Deus têm o direito de serem dignamente sustentados pela igreja onde trabalham com amor e dedicação.

O terceiro: **O DIREITO AO RECONHECIMENTO DO SEU VALOR** – “*Se nós vos semeamos as coisas espirituais, será muito recolhermos de vós bens materiais? Se outros participam desse direito sobre vós, não o temos nós em maior medida? Entretanto, não usamos desse direito; antes, suportamos tudo, para não criarmos qualquer obstáculo ao evangelho de Cristo*”.

Não há nada mais desestimulante do que fazer uma tarefa que não beneficiará a ninguém. O trabalhador se desanima e desiste, visto que o seu trabalho não fará diferença ou beneficiará a ninguém. Outra razão para o desânimo é que não haverá ninguém que o valorizará pelo trabalho que realizou.

Todo profissional gosta de se sentir necessário e valorizado. O médico é valorizado por ser o único a poder realizar cirurgias. O bom resultado do tratamento faz com que o médico crie fama, tenha mais clientes, seja mais valorizado e seja mais bem remunerado. O mesmo acontece com outros profissionais.

E o obreiro? Quando é que ele tem valor? Muitas vezes os pastores só se sentem valorizados na hora que alguém se casar ou enterra algum parente ou quando tem de resolver problemas familiares ou algo parecido. No entanto, passadas essas situações onde a presença do pastor é essencial, ele é esquecido ou tratado como pessoa desnecessária. Muitos pastores passam por isso.

Funcionários, públicos ou particulares, fazem greves para obter melhores condições de trabalho e melhores salários. Os pastores dependem da boa vontade da igreja, que muitas vezes questiona até a necessidade de pagar-lhe salário. Essas discussões não existiriam se o sacerdócio tivesse o seu valor reconhecido. Ai então, não discutiriam esse assunto, assim como não o fazem ao pagar médicos, advogados, dentistas. Como valorizam o trabalho deles pagam satisfeitos por seus serviços.

É por isso que os obreiros são preparados para receberem as recompensas por seu trabalho nos céus e terem o reconhecimento apenas de Deus, pois o

comum e o que é vivenciado por muitos obreiros é que a Igreja nunca os valorizam como a sua posição espiritual exige.

Paulo disse: *“Se nós vos semeamos as coisas espirituais, será muito recolhemos de vós bens materiais? Se outros participam desse direito sobre vós, não o temos nós em maior medida? Entretanto, não usamos desse direito; antes, suportamos tudo, para não criarmos qualquer obstáculo ao evangelho de Cristo”*.

O que tem maior valor: As coisas terrenas ou as celestiais? O valor que a igreja dá a seus obreiros dependerá dessa resposta. Se o valor dado às coisas terrenas superar às espirituais, então o obreiro não passará de alguém a ser procurado apenas em ocasiões esporádicas, e só. Ele se torna uma figura decorativa, necessária apenas em momentos especiais (casamentos, funerais, batismos, cultos especiais...), porém absolutamente desnecessário para o dia a dia. É uma pessoa para se ver apenas na igreja, no domingo.

Se o valor dado a sua espiritualidade e às coisas celestiais superar às terrenas, a igreja verá no seu pastor um agente de Deus, um amigo necessário e responsável por alimentá-los espiritualmente e levá-los aos braços do Pai. Alguém responsável por cuidar de sua vida espiritual e corrigi-los quando se desviarem. Desse modo o sacerdote teria o reconhecimento necessário e seria mais próximo da vida de todos, de modo a conhecer todos os que estão sob seus cuidados espirituais e dessa forma, teria condições de melhor agir e aconselhar corretamente. O valor dado ao pastor dependerá da importância que os membros da igreja dão à sua própria vida espiritual.

Assim como todos que trabalham os obreiros também tem o direito de receber o reconhecimento do seu valor. Ele luta para resgatar vidas e levá-las ao encontro do Salvador. Se ele se empenha pela vida espiritual de todos é natural, que ele seja valorizado por todos. Paulo mostra que como reconhecimento pelo valor do obreiro natural seria *“ele semear as coisas espirituais e recolher da igreja bens materiais”*.

O pastor que trabalha visando apenas o dinheiro não é pastor, é mercenário. No meu modo de pensar, no dia em que eu trabalhar só pelo salário o meu ministério chegou ao fim.

Paulo mesmo disse: *“Entretanto, não usamos desse direito”*. Paulo reconhecia o seu direito de receber o seu sustento da igreja e ter o seu trabalho valorizado, porém via no sustento particular, sem depender da igreja, uma graça divina. Porém o reconhecimento do seu valor como pastor de almas ele requereu da igreja em várias oportunidades.

O quarto: **O DIREITO DE TER SEGURANÇA FINANCEIRA** – *“Não sabeis vós que os que prestam serviços sagrados do próprio templo se alimentam? E quem serve ao altar tira o seu sustento? Assim ordenou também o Senhor aos que pregam o evangelho que vivam do evangelho; eu, porém, não me tenho servido de nenhuma destas coisas e não escrevo isto para que assim se faça comigo; porque melhor me fora morrer, antes que alguém me anule esta glória”*.

Todos os pais trabalham e juntam bens para que sua velhice seja tranquila e seus filhos possam ter alguma herança. Tendo isto em vista, seria justo que os obreiros recebessem tão pouco, ou só o bastante para se alimentarem e se vestirem, sem que eles tivessem a possibilidade da segurança de uma velhice mais tranquila?

Paulo disse que os que presidem bem devem ser honrados pelo seu trabalho. Tenho um pai jubilado. Durante minha vida toda o acompanhei nos trabalhos missionários, em cultos nas fazendas e em povoados pequenos. Seu transporte era um Jeep que comumente ficava no caminho, porém ele nunca desistia de fazer a obra e a fazia com amor. Para ser missionário ele abriu mão de um emprego público onde ganhava muito bem. No entanto, ao final de seu ministério recebeu apenas uma *“carta”* da Junta de Missões Nacionais, dizendo em poucas palavras que no próximo ano não teriam mais vínculo empregatício, por ter chegado o tempo de sua jubilação. Os dois velhos não teriam mais o salário de uma igreja e teriam que viver apenas da pequena aposentadoria.

Sou pastor e já me preparo para a velhice. Abandonei o comércio e algumas vantagens para ser pastor. Sei que não serei valorizado como tantos que vieram antes de mim. Como tinha carro e casa antes de ser pastor, investi na minha casa para chegar à velhice com alguma renda de alugueis. Como seria bom se os pastores não precisassem dessa preocupação.

Com o tempo as igrejas se esquecem de seus antigos pastores. Já que se esquecerão deles, garantam a eles um sustento bastante para poderem se preparar para a velhice e poder garantir à família uma segurança maior. Demonstrem amor àqueles que vos amam, sem achar que eles trabalham por dinheiro, mas não se esquecendo que sem dinheiro eles não têm como se manter e manter sua família.

Paulo disse: *“Assim ordenou também o Senhor aos que pregam o evangelho que vivam do evangelho”*. Os obreiros devem viver do evangelho enquanto estão atuantes e também depois de estarem cansados e velhos, mas para isso eles têm de ter o seu direito à segurança financeira garantido.

Neste estudo tratamos sobre:

DIREITOS DOS OBREIROS QUE TRABALHAM PARA DEUS.

Vimos quatro direitos dos obreiros:

DIREITO A UMA VIDA SOCIAL COMUM.

DIREITO DE SEREM SUSTENTADOS PELA IGREJA.

DIREITO AO RECONHECIMENTO DO SEU VALOR.

DIREITO DE TEREM SEGURANÇA FINANCEIRA.

Seja justo com os teus obreiros, assim como você gostaria que os teus patrões fossem contigo.